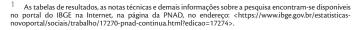


A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹ investiga trimestralmente um conjunto de informações conjunturais relacionadas ao mercado de trabalho e, de forma anual, temas estruturais relevantes para a compreensão da realidade brasileira. As informações educacionais são contempladas nesses dois formatos de coleta: trimestralmente, por meio de um questionário sobre as características básicas de educação para as pessoas de 5 anos ou mais de idade; e anualmente, no segundo trimestre² de cada ano civil, por meio do questionário ampliado para todas as pessoas da amostra.

O questionário básico foi elaborado de forma a auxiliar a compreensão das informações conjunturais de trabalho. Por outro lado, o questionário ampliado é responsável por retratar o panorama educacional da população. Nesse sentido, os resultados apresentados a seguir têm como fonte o questionário ampliado de educação, tendo como referência o segundo trimestre de 2016.

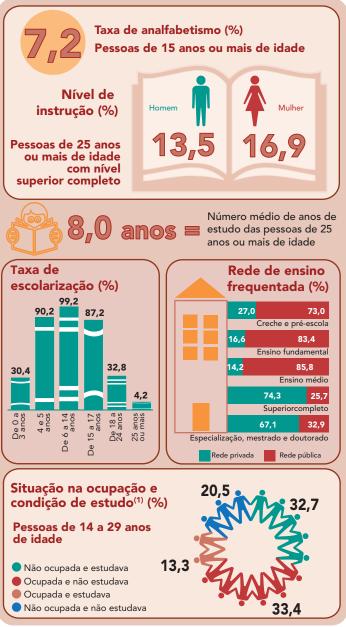
O sistema educacional brasileiro

Para entender o sistema educacional brasileiro é necessário considerar as disposições mais recentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996) e outras legislações associadas à educação, para medir o seu alcance nos aspectos definidos como obrigatórios e também nas alternativas de educação e modalidades de ensino. Segundo a LDB, a educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio. Ela pode ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial³ e da educação de jovens e adultos. A educação superior, por sua vez, oferece cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão, não sendo os dois últimos investigados na PNAD Contínua.



A fixação da coleta do questionário ampliado em um único trimestre busca garantir que o período de matrículas já tenha ocorrido, e que o período letivo não tenha terminado, evitando fases de transição entre um nível escolar e outro.

³ Modalidade oferecida para educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação. Na PNAD Contínua, esta modalidade é captada juntamente à educação regular.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. (1) Frequência a escola ou cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional.



O ensino regular sofreu mudanças ao longo dos anos e, com isso, a nomenclatura e a estruturação dos cursos variaram conforme o período: anterior a 1971 e entre 1971 e 1996. O atual ensino fundamental é equivalente ao 1º grau e ao primário/elementar mais o ginasial/médio 1º ciclo; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao científico/clássico; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo. Por fim, a LDB define a educação profissional e tecnológica nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

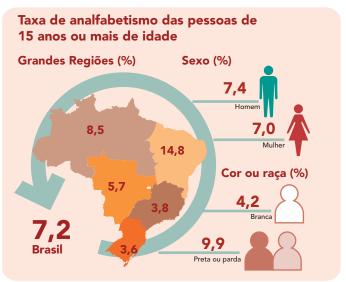
Analfabetismo

No Brasil, em 2016, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,2% (11,8 milhões de analfabetos) e apresentou relação direta com a idade, aumentando à medida que a idade avançava até atingir 20,4% entre as pessoas de 60 anos ou mais.

	Total ⁽¹⁾	Pessoas brancas	Pessoas pretas ou pardas
15 anos ou mais	7,2	4,2	9,9
18 anos ou mais	7,7	4,4	10,6
25 anos ou mais	8,8	4,9	12,4
40 anos ou mais	12,3	6,8	17,8
60 anos ou mais	20,4	11,7	30,7

⁽¹⁾ Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

O Plano Nacional de Educação - PNE instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, faz projeções de diversas metas e estratégias que devem ser alcançadas em 10 anos. A Meta 9 do PNE, por exemplo, previu a redução da taxa de analfabetismo para 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo ao final da vigência do Plano, em 2024.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%), em torno de quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste (3,8%) e Sul (3,6%). Na Região Norte essa taxa foi 8,5% e no Centro-Oeste, 5,7%. Logo, a Meta 9 do PNE para 2015 só foi alcançada nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

No País, a taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 7,4% e para as mulheres, 7,0%. A maior diferença entre homens e mulheres relativamente a esse indicador ocorreu na Região Nordeste (16,2% para homens e 13,4% para mulheres), e somente nas Regiões Sudeste e Sul essa taxa foi maior para as mulheres. Essas duas regiões contavam com as maiores proporções de mulheres de 60 anos ou mais de idade em sua população residente, o que pode estar relacionado ao predomínio das mulheres na proporção de analfabetos.

A taxa de analfabetismo para as pessoas pretas ou pardas (9,9%) foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (4,2%). Essa relação foi constatada em todas as Grandes Regiões.

Nível de instrução e anos de estudo _

Nível de instrução

O nível de instrução foi estimado para as pessoas de 25 anos ou mais de idade, pois pertencem a um grupo etário que já poderia ter concluído o seu processo regular de escolarização.

No Brasil, 51,0% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 26,3% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 15,3%, o superior completo.

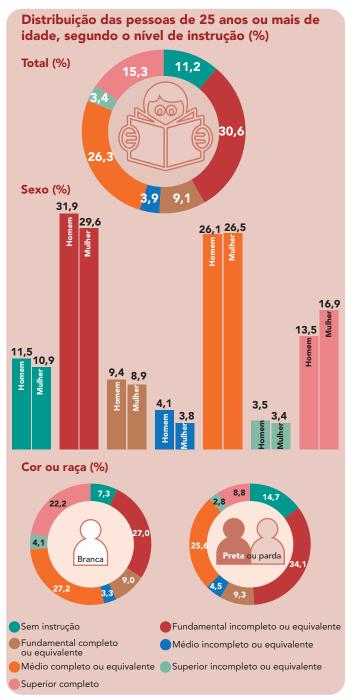
As Regiões Norte e Nordeste exibiram os maiores percentuais de pessoas sem instrução (14,5% e 19,9%, respectivamente). As maiores proporções de nível superior completo foram estimadas

para as Regiões Centro-Oeste (17,4%) e Sudeste (18,6%), enquanto as Regiões Norte e Nordeste, as menores proporções (11,1% e 9,9%, respectivamente). Na Região Nordeste 52,5% da população não alcançou o ensino fundamental completo, ao passo que na Região Sudeste 51,1% tinha pelo menos o ensino médio completo.

Dentre os homens, 52,8% possuíam nível de instrução até o ensino fundamental completo, enquanto entre as mulheres essa proporção foi 49,4%. As mulheres apresentaram proporções maiores que as dos homens para os níveis de instrução mais elevados: 16,9% delas possuíam nível superior completo, enquanto 13,5% deles haviam alcançado esse nível.



Considerando a cor ou raça, as diferenças no nível de instrução se mostraram ainda maiores: enquanto 7,3% das pessoas brancas não tinham instrução, 14,7% das pessoas pretas ou pardas estavam nesse grupo. Situação inversa ocorreu no nível superior completo: 22,2% das pessoas brancas o possuíam, ao passo que entre as pretas ou pardas a proporção era de 8,8%. Essa diferença no nível superior foi mais acentuada na Região Sudeste, onde se registrou 25,6% para as pessoas brancas e 9,0% para as pessoas pretas ou pardas. A Região Centro-Oeste apresentou a maior proporção de pessoas pretas ou pardas com o nível superior completo (12,9%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Número médio de anos de estudo

Em 2016, o número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade foi 8,0 anos. As Regiões Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, com 6,7 anos e 7,4 anos, respectivamente, enquanto as Regiões Sul (8,3 anos), Centro-Oeste (8,3 anos) e Sudeste (8,8 anos) situaram-se acima dessa média.

Esse indicador seguiu o mesmo padrão do nível de instrução, quando feito o recorte por sexo e cor ou raça – para as mulheres, estimou-se o número médio em 8,2 anos de estudo, enquanto para os homens, 7,8 anos; e, com relação à cor ou raça, mais uma vez a diferença foi considerável, registrando-se 9,0 anos de estudo para as pessoas brancas e 7,1 anos para as pretas ou pardas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. (1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

A Meta 8 do PNE estabelece que a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, no último ano de vigência do Plano, deveria alcançar 12 anos, no mínimo, para alguns grupos mais vulneráveis, dentre eles as pessoas pretas ou pardas e a população da Região Nordeste. Além disso, a Meta 8 estipula a igualdade da escolaridade média entre as pessoas pretas ou pardas e as pessoas não pretas ou pardas. Em 2016, para esses grupos, o número médio de anos de estudo foi 9,4 anos para a Região Nordeste e 9,6 anos para as pessoas pretas ou pardas. Por outro lado, para as pessoas brancas de 18 a 29 anos estimou-se, em média, 11,0 anos de estudo, e, para a Região Sudeste, que apresentou a maior média de escolaridade entre as Grandes Regiões, 10,7 anos.

Frequência à escola ou creche

A partir da informação de frequência à escola ou creche é possível calcular a taxa de escolarização e a taxa ajustada de frequência escolar líquida, indicadores que ajudam a monitorar o acesso, o atraso e a evasão do sistema de ensino brasileiro. O primeiro indicador retrata a proporção de estudantes em relação ao total de pessoas e pode ser calculado por faixa etária ou por curso frequentado. O segundo indicador representa a razão entre o número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino (incluindo também as pessoas nessa faixa que já concluíram a etapa) e a população total na mesma faixa etária.



No Brasil, 56,5 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa de escolarização foi 30,4%, o equivalente a 3,1 milhões de estudantes, e entre as crianças de 4 e 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, a taxa foi 90,2%, totalizando 4,8 milhões de estudantes. Nos grupos etários de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos a taxa de escolarização alcançou 99,2% e 87,2%, correspondendo a 26,5 milhões e a 9,3 milhões de estudantes, respectivamente. Por fim, 32,8% dos jovens de 18 a 24 anos estavam frequentando escola, o equivalente a 7,3 milhões de estudantes, e, entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, a taxa de escolarização foi 4,2%, totalizando 5,5 milhões de estudantes.

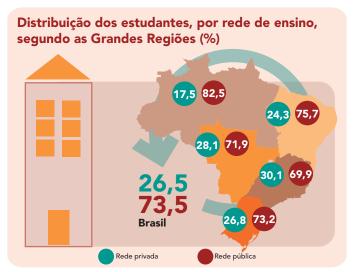


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Do total de estudantes, 73,5% frequentava escola pública, enquanto 26,5%, escola privada. Em todas as Grandes Regiões a rede de ensino público era superior à rede privada, com destaque para a Região Norte, onde 82,5% dos estudantes estavam na rede pública. A Região Sudeste, por outro lado, apresentou a maior proporção de estudantes em escolas privadas (30,1%).

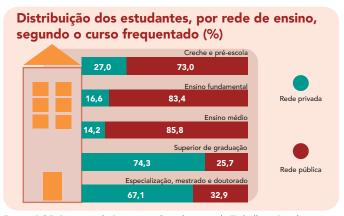
A frequência à escola ou creche, segundo a rede de ensino, também se diferencia, conforme o curso frequentado, independentemente da idade do estudante. Enquanto nos cursos até o ensino médio a rede pública corresponde a mais de 70% dos estudantes, no ensino superior de graduação essa participação se reduz a 25,7%, e na especialização, mestrado e doutorado equivale a 32,9%.

Além da rede de ensino, também se investigou o turno do curso que o estudante frequentava, que poderia ser: somente manhã, somente tarde, somente noite, manhã e tarde, ou outra combinação. Segundo o curso frequentado, ocorreram variações nos turnos. Na creche ou pré-escola, a maior parte frequentava um único turno: 40,9%, somente de manhã; 34,8%, somente à tarde; e 23,4% estudava



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

no turno manhã e tarde⁴. O ensino fundamental apresentou comportamento semelhante, mas com a frequência de turno único mais elevada: 53,5%, somente de manhã; 40,5%, somente à tarde; e apenas 4,0% no turno manhã e tarde. No ensino médio, 92,0% dos estudantes frequentavam turno único: 50,5%, somente de manhã; 18,5%, somente à tarde; e 23,0%, somente à noite. No ensino superior, 83,6% dos estudantes frequentavam turno único: 21,5%, somente de manhã ou somente à tarde; 62,1%, somente à noite; e 10,7%, de manhã e à tarde.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Pessoas de 0 a 5 anos de idade

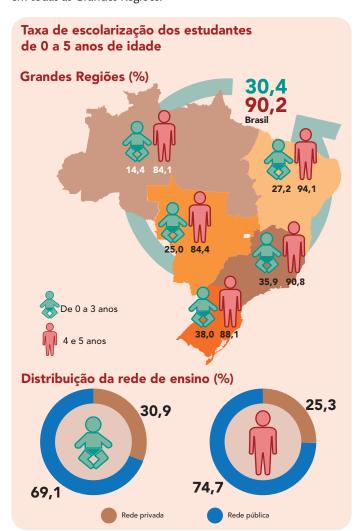
A educação infantil engloba as crianças de 0 a 5 anos de idade, abrangendo creche (de 0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos). A partir de 2013, a educação básica obrigatória e gratuita passou a ser contemplada a partir dos 4 anos de idade (redação dada pela Lei n. 12.796, de 04.04.2013⁵) ao invés de ser na etapa do ensino fundamental. Com isso, busca-se a universalização do ensino a partir dessa idade e uma ampliação para a faixa de 0 a 3 anos.

⁴ O turno manhã e tarde não equivale ao turno integral; é apenas uma parcela dele, já que, para ser integral, é necessária uma carga horária de pelo menos 7 horas.

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), para dispor sobre a formação dos profissionais da educação, entre outras providências.



A Meta 1 do PNE estabelece que, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos frequentem creche até o final da vigência do Plano. Em 2016, essa proporção alcançou 30,4%, havendo importantes diferenças regionais na taxa de escolarização dessa faixa etária. A Região Norte apresentou a menor taxa (14,4%), e a Região Sul, a maior (38,0%). Segundo a cor ou raça, verificou-se que a taxa de escolarização das pessoas brancas (34,1%) foi maior do que a observada entre as pessoas pretas ou pardas (27,1%), o que se repetiu em todas as Grandes Regiões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

A Meta 1 do PNE também estabelece a universalização, até o ano de 2016, da educação infantil na pré-escola, entretanto essa proporção, em 2016, foi 90,2%. As Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram as menores taxas (84,1% e 84,4%, respectivamente), enquanto as Regiões Sudeste (90,8%) e Nordeste (94,1%), as maiores. Para as crianças de 4 e 5 anos de idade, no Brasil, a taxa de escolarização das pessoas brancas (91,5%) foi maior do que a observada entre as pessoas pretas ou pardas (89,1%). Isso se repetiu em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Sul, onde as taxas foram praticamente iguais.

No Brasil, 69,1% dos estudantes de 0 a 3 anos de idade estavam na rede pública, e 30,9%, na rede privada. A Região Sudeste apresentou a maior proporção de estudantes desse grupo etário frequentando a rede pública (72,7%). As creches privadas estavam mais presentes na Região Nordeste (37,5%). Dentre os estudantes de 4 e 5 anos de idade, 74,7% estavam na rede pública, e 25,3%, na rede privada. Para esse grupo de idade, a Região Norte apresentou a maior proporção de estudantes na rede pública (82,3%), e, novamente, a Região Nordeste registrou a maior proporção de estudantes na rede privada (29,0%).

Pessoas de 6 a 14 anos de idade

A taxa de escolarização para as pessoas de 6 a 14 anos de idade foi 99,2%, o equivalente a um contingente de 26,5 milhões de estudantes no sistema de ensino brasileiro, independentemente da etapa cursada. A taxa nacional foi similar à de todas as Grandes Regiões, e não houve diferenças relevantes nas taxas de escolarização, nem entre homens e mulheres, nem entre pessoas brancas e pessoas pretas ou pardas. Em relação à Meta 2, foi estabelecida a universalização, até 2024, do ensino fundamental de nove anos para as pessoas de 6 a 14 anos. Nesse sentido, os resultados da taxa de escolarização se mostraram muito próximos à meta para todas as Grandes Regiões.



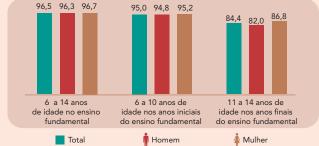
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Para monitorar a adequação entre a idade e a etapa de ensino frequentado, no entanto, utiliza-se a taxa ajustada de frequência escolar líquida. Em 2016, 96,5% das pessoas de 6 a 14 anos estavam frequentando o ensino fundamental. Na etapa inicial, que idealmente deve ser cursada de 6 a 10 anos de idade, a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino fundamental foi 94,8% para os homens e 95,2% para as mulheres. Na etapa final, idealmente estabelecida para o grupo de 11 a 14 anos de idade, essa taxa foi 82,0% para os homens e 86,8% para as mulheres. Portanto, 5,0% das pessoas de 6 a 10 anos e 15,6% das pessoas de 11 a 14 anos de idade estavam atrasadas em relação à etapa de ensino que deveriam estar frequentando, seja por reprovação, seja por evasão.

Educação 2016 5



Taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino fundamental das pessoas de 6 a 14 anos de idade, por etapas do ensino fundamental, segundo o sexo (%) 96,5 96,3 96,7 95,0 94,8 95,2

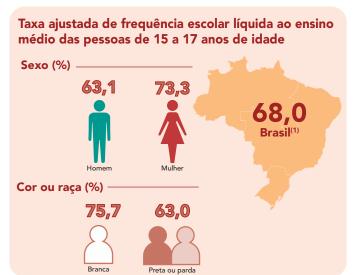


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Pessoas de 15 a 17 anos de idade

A taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos foi 87,2%, o equivalente a 9,3 milhões de estudantes. No entanto, a Meta 3 do PNE estabelece a universalização do atendimento escolar para essa faixa etária no ano de 2016. Em termos regionais, as taxas de escolarização entre as Grandes Regiões foram bem semelhantes à nacional, variando de 86,0%, na Região Nordeste, a 88,6%, na Região Centro-Oeste, e não alcançando a meta de universalização.

Segundo a cor ou raça, observa-se que a taxa de escolarização das pessoas brancas de 15 a 17 anos de idade (88,8%) foi superior à das pessoas pretas ou pardas desse grupo etário (86,3%), e isso se repetiu em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Centro-Oeste, onde as taxas foram semelhantes. Segundo o sexo, verifica-se que a taxa de escolarização entre homens (87,4%) e mulheres (87,1%) foi semelhante.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. (1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

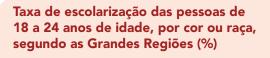
Para o grupo etário de 15 a 17 anos, o ideal seria estar frequentando o ensino médio, porém apenas 68,0% estava na idade/série adequada. Entre as mulheres dessa faixa etária, a taxa ajustada de

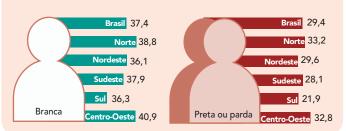
frequência escolar líquida ao ensino médio (73,3%) foi maior do que a observada entre os homens (63,1%). Entre as pessoas brancas, essa taxa foi 75,7%, enquanto para as pessoas pretas ou pardas, 63,0%. A Meta 3 do PNE também estabelece que a taxa de frequência escolar líquida ao ensino médio seja elevada para 85% até o final da vigência do Plano.

Pessoas de 18 a 24 anos de idade

As pessoas de 18 a 24 de idade, quando prosseguem seu histórico escolar sem atrasos, normalmente já poderiam estar frequentando pelo menos o ensino superior de graduação. A taxa de escolarização desse grupo foi 32,8%, independentemente do curso que frequentavam, o equivalente a 7,3 milhões de estudantes. As taxas de escolarização entre as Grandes Regiões variaram de 31,2%, na Região Nordeste, a 35,5%, na Região Centro-Oeste.

Segundo a cor ou raça, observa-se que a taxa de escolarização das pessoas brancas (37,4%) foi superior à das pessoas pretas ou pardas (29,4%), e isso se repetiu em todas as Grandes Regiões. Constatou-se que no curso superior de graduação ocorreu a maior diferença relativamente a esse indicador, em pontos percentuais, entre as pessoas brancas e as pretas ou pardas (8,0 p.p.).



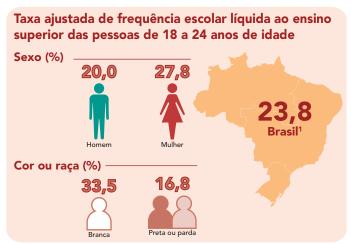


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Adicionalmente, no grupo de pessoas de 18 a 24 anos observouse que a taxa de escolarização entre os homens (31,6%) foi menor do que a das mulheres (34,1%). Isso ocorreu em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Norte, onde os percentuais ficaram bem próximos (diferença de 0,3 p.p.).

Ao avaliar a taxa ajustada de frequência escolar líquida ao ensino superior, nota-se que apenas 23,8% das pessoas de 18 a 24 se encontravam nessa etapa. Para as mulheres essa taxa chegou a 27,8%, enquanto para os homens foi 20,0%. Entre as pessoas brancas a taxa foi 33,5%, quase o dobro da registrada entre as pessoas pretas ou pardas (16,8%). Cabe ressaltar que a Meta 12 do PNE estabelece que, para esse grupo de idade, a taxa de frequência escolar líquida ao ensino superior deve ser elevada a 33,0% ao final da vigência do Plano.





Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. (1) Inclusive as pessoas que se declararam Indígenas, amarelas e ignoradas.

Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Tanto a Alfabetização como a Educação de Jovens e Adultos são cursos voltados para as pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e no médio em idade apropriada. Em 2016, esse contingente correspondeu a 1,7 milhão de pessoas.

Anteriormente mostrou-se que, no ensino fundamental regular, a rede pública era predominante entre os estudantes, sendo frequentada por 83,4% deles, enquanto apenas 16,6% estavam na rede privada. Ao adicionar a esse contingente os estudantes das modalidades AJA e EJA do ensino fundamental, a distribuição dos alunos entre as redes pública e privada fica semelhante, com 83,9% e 16,1%, respectivamente. No que diz respeito ao ensino médio regular, observou-se característica similar: 85,8% dos estudantes estavam na rede pública, e 14,2%, na rede privada. Incluindo a esse conjunto os estudantes do EJA do ensino médio, a distribuição dos alunos também fica semelhante, com 86,3% e 13,7%%, respectivamente.

Os turnos mais frequentes do ensino fundamental regular foram os da manhã e tarde, enquanto 83,2% dos estudantes do EJA do ensino fundamental frequentavam o noturno. Novamente o ensino médio seguiu o comportamento do ensino fundamental, ou seja: os turnos predominantes do curso regular foram os da manhã e tarde, e para o EJA do ensino médio, o noturno (85,2%).

Estudantes do ensino superior de graduação, segundo a rede de ensino frequentada no ensino médio ______

Para as pessoas que estavam frequentando o ensino superior de graduação, investigou-se a rede de ensino frequentada no ensino

médio, obtendo-se os seguintes resultados: 72,0% dos alunos do ensino superior de graduação cursaram todo seu ensino médio em escola pública, enquanto 24,0% eram provenientes de escola privada. Essa última proporção era ainda maior entre os mais jovens, até 24 anos de idade (29,2%), que devem ter saído mais recentemente do ensino médio.

Comparando esses resultados com a distribuição percentual dos estudantes do ensino médio ou EJA do ensino médio, em 2016, segundo a rede frequentada, observa-se que a proporção que cursava a rede privada era 13,7%, portanto inferior à proporção de estudantes de graduação que anteriormente cursaram o ensino médio na rede privada. Assim, a distribuição da rede do ensino médio anteriormente cursada pelos estudantes do ensino superior não reflete a distribuição da rede entre os estudantes do ensino médio ou EJA do ensino médio, havendo maior presença da rede privada no primeiro grupo.

Distribuição dos estudantes do ensino médio e do superior de graduação (%)

	Estudantes do ensino	Estudantes do ensino superior de graduação					
Rede de ensino frequentada no ensino médio	médio ou EJA do		Grupos de idade				
	ensino médio	Total	Até 24 anos	25 anos ou mais			
Privada	13,7	24,0	29,2	16,7			
Pública	86,3	72,0	67,0	79,0			
Privada e pública		4,0	3,8	4,3			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

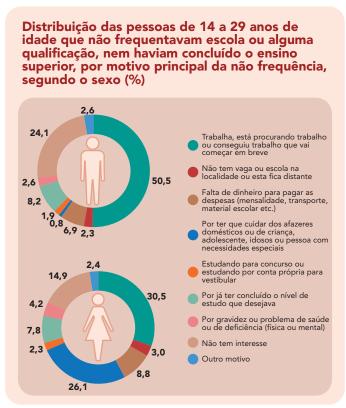
Não frequência à escola das pessoas de 14 a 29 anos de idade com nível de instrução até o superior incompleto

Estimou-se que 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos de idade não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional, e, no caso dos mais velhos, não haviam concluído uma graduação. Dentre os motivos relacionados, as razões mais frequentes alegadas pelas pessoas foram: por motivo de trabalho, seja porque trabalhava, estava procurando trabalho ou conseguiu trabalho que iria começar em breve (41,0%); não tinha interesse (19,7%); e por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais (12,8%). Além disso, 8,0% declarou já ter concluído o nível de estudo que desejava; 7,8% apontou a falta de dinheiro para pagar as despesas (mensalidade, transporte, material escolar etc.); e 2,6% justificou que não tinha vaga ou escola na localidade ou esta ficava distante.

Educação 2016



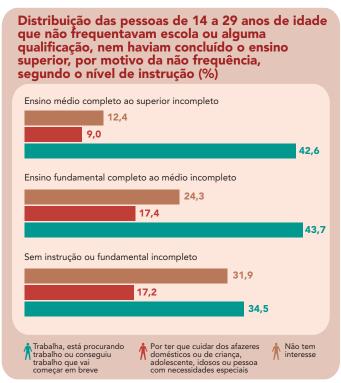
Os motivos relacionados ao mercado de trabalho foram mais frequentes entre os homens (50,5%). Além disso, entre eles, 24,1% não tinha interesse, e 8,2% já tinha concluído o nível de estudo que desejava. Para as mulheres os motivos listados como principais se diferenciaram: o relacionado a trabalho também foi o mais frequente, mas em menor patamar (30,5%); 26,1% delas alegaram ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais, proporção esta mais de 30 vezes superior à observada entre os homens; e 14,9% não tinha interesse. Em termos regionais, observa-se que 29,9% das mulheres da Região Nordeste e 36,4% das mulheres da Região Norte deram como motivo principal ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais. Estas foram as únicas Grandes Regiões em que esse motivo foi o mais frequente entre as mulheres, superando os relacionados a trabalho, ao contrário do que ocorreu nas demais regiões. Entre os homens, as Grandes Regiões seguiram comportamento similar ao resultado nacional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Os motivos da não frequência, segundo a cor ou raça, seguiram o comportamento do resultado nacional, porém em níveis um pouco diferentes. O principal motivo foi o trabalho, seja porque trabalhavam, estavam procurando trabalho ou conseguiram trabalho que iria começar em breve, alegado por 43,3% das pessoas brancas e 39,6% das pessoas pretas ou pardas. A seguir, foram apontados: não tem interesse, por 18,0% das pessoas brancas e 20,7% das pretas ou pardas; e cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais, apontado por 10,6% das pessoas brancas e 14,1% das pretas ou pardas.

Segundo o nível de instrução, observa-se que o motivo de trabalho também foi o mais frequente, sendo indicado por 34,5% das pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 43,7% das que possuíam ensino fundamental completo ou médio incompleto; e 42,6% daquelas com ensino médio completo ou superior incompleto. O cuidado com os afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais foi mais frequente entre as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (17,2%) e as que possuíam ensino fundamental completo ou médio incompleto (17,4%) do que entre aquelas com ensino médio completo ou superior incompleto (9,0%). A falta de interesse em prosseguir os estudos ou em se qualificar apresentou relação inversa com o nível de instrução, aumentando à medida que o nível de instrução era menos elevado, e variou de 12,4%, entre as pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, a 31,9%, entre aquelas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Pessoas de 14 a 29 anos de idade, segundo a condição de estudo e a situação na ocupação

No Brasil, em 2016, havia 51,6 milhões de pessoas de 14 a 29 anos de idade, cujas distribuições por condição de estudo (estudando ou não estudando) e situação na ocupação na semana de referência (ocupada ou não ocupada⁶) são analisadas a seguir. Para a condição

⁶ Pessoa desocupada ou fora da força de trabalho.



de estudo, considera-se um conceito amplo, que inclui desde a frequência à escola até a frequência a cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional.

Do total de pessoas desse grupo etário, 13,3% estava ocupada e estudava, isto é, frequentava escola ou cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional; 20,5% estava não ocupada e não estudava; 32,7% estava não ocupada, mas estudava; e 33,4% estava ocupada e não estudava. As Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de pessoas que estavam não ocupadas e não estudavam (22,3% e 25,5% respectivamente).

Na análise segundo o sexo, observa-se que as mulheres apresentaram maior proporção de pessoas que estavam não ocupadas e estudavam (34,3%) do que os homens (31,1%). A concomitância entre ocupação e estudo apresentou menor diferença entre os sexos, com proporções de 14,2% para os homens e 12,4% para as mulheres. As maiores diferenças entre os sexos foram encontradas em dois grupos: pessoas que estavam não ocupadas e não estudavam, com 14,7% para os homens e 26,4% para as mulheres; e pessoas que estavam ocupadas e não estudavam, com 39,9% para os homens e 26,9% para as mulheres. As mulheres das Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de pessoas que estavam não ocupadas e não estudavam (31,0% e 32,0%, respectivamente).

As proporções de pessoas brancas e pessoas pretas ou pardas que não estavam ocupadas, mas estudavam, foram praticamente

iguais (32,7% e 32,6%, respectivamente). No que diz respeito à cor ou raça, a maior diferença entre os grupos foi estimada para as pessoas que estavam não ocupadas e não estudavam: 16,6% para as pessoas brancas e 23,3% para as pretas ou pardas.

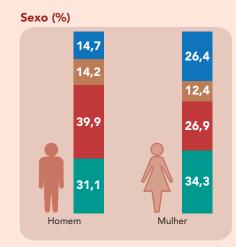
Também foram estimadas diferenças por grupos de idade. Entre as pessoas mais novas, de 15 a 17 anos de idade, que ainda estavam em idade escolar, 80,9% estava dedicada unicamente ao estudo, enquanto 6,5% estava não ocupada e não estudava. No grupo intermediário, das pessoas de 18 a 24 anos, a maior parte (35,3%) estava ocupada e não estudava, e 26,3% estava não ocupada e não estudava. No grupo mais velho, das pessoas de 25 a 29 anos, 58,5% estava ocupada e não estudava, e 24,8% estava não ocupada e não estudava, lembrando que o estudo também engloba o pré-vestibular e os cursos de educação profissional.

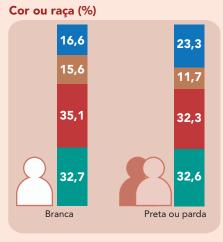
Distribuição das pessoas de 14 a 29 anos de idade não ocupadas e não frequentando escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional, segundo as Grandes Regiões (%)

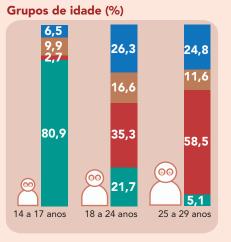


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Distribuição das pessoas de 14 a 29 anos de idade, segundo a condição de estudo e a situação na ocupação







- Não ocupada e frequentando escola ou cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional
- Ocupada e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional
- Ocupada e frequentando escola ou cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional
- Não ocupada e não frequentando escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Educação 2016

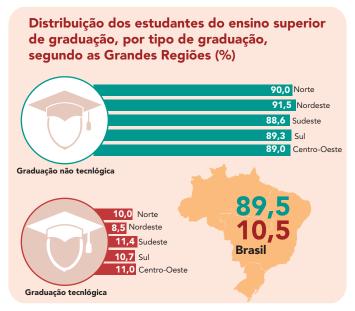


Educação profissional

Graduação tecnológica

A graduação tecnológica é a modalidade de educação profissional do ensino superior de graduação brasileiro. Possui os mesmos pré-requisitos de ingresso que os demais cursos do ensino superior (bacharelado e licenciatura), porém tem enfoque específico em uma área profissional, duração de 2 a 3 anos, e sua conclusão confere o diploma de tecnólogo.

Em 2016, entre os 8,0 milhões de estudantes do ensino superior de graduação no Brasil, 842 mil frequentavam cursos tecnológicos, o que corresponde a 10,5% do total de estudantes do ensino superior. A Região Sudeste apresentou a maior proporção (11,4%), enquanto a Região Nordeste, a menor (8,5%).

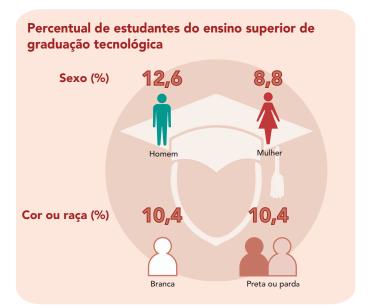


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Essa modalidade de educação profissional era mais frequente entre os homens (12,6%) do que entre as mulheres (8,8%) e não mostrou diferenças relevantes entre pessoas brancas e pessoas pretas ou pardas.

Em 2016, das 18,8 milhões de pessoas cujo curso mais elevado anteriormente frequentado foi o superior de graduação, 7,5% (1,4 milhão de pessoas) frequentou a graduação tecnológica. O total de homens que frequentaram cursos dessa modalidade (734 mil) era superior ao de mulheres que frequentaram tais cursos (667 mil), mesmo estas sendo maioria entre as pessoas cujo curso mais elevado anteriormente frequentado fora o superior de graduação. Dessa forma, observa-se que 6,3% das mulheres e 9,1% dos homens frequentaram anteriormente a graduação tecnológica. Em termos de cor ou raça, as pessoas brancas estavam mais presentes

na formação não tecnológica do que as pessoas pretas ou pardas (93,2% e 91,1%, respectivamente).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Pessoas que anteriormente frequentaram o ensino superior de graduação

	Pessoas	Pessoas que anteriormente frequentaram o ensino superior de graduação										
Tipo de graduação	Total ⁽¹⁾		Homens		Mulheres		Brancas		Pretas ou pardas			
graduação	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)		
Tecnológica	1 400	7,5	734	9,1	667	6,3	852	6,8	527	8,9		
Não tecnológica	17 352	92,5	7 371	90,9	9 981	93,7	11 644	93,2	5 362	91,1		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.
(1) Inclusive as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

Técnico de nível médio

A modalidade de educação profissional destinada aos estudantes de ensino médio ou às pessoas que já o concluíram se denomina técnico de nível médio. Ela possui legislação própria, assim como diretrizes curriculares específicas, e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este) ou subsequente à conclusão deste curso.

Em 2016, no Brasil, 54,8 milhões de pessoas estavam aptas a frequentar um curso técnico de nível médio – eram estudantes do ensino médio (regular ou EJA) ou haviam concluído esse nível (ou equivalente) sem ter alcançado o ensino superior completo. Desse total, 3,9% estava frequentando curso técnico de nível médio, percentual que se manteve no mesmo patamar entre as Grandes Regiões, exceto na Região Sul, que registrou 5,0% de participação de estudantes em cursos técnicos de nível médio.

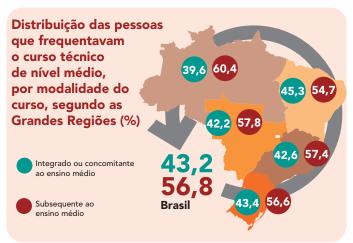


Frequência a curso técnico de nível médio, por Grandes Regiões

		Grandes Regiões										
Condição de frequência	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
a curso técnico de nível médio	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)	Em milhares	(%)
Frequentava	2 129	3,9	154	3,5	533	3,9	934	3,7	373	5,0	134	3,5
Não frequentava	52 686	96,1	4 211	96,5	13 006	96,1	24 592	96,3	7 122	95,0	3 754	96,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. Nota: Para a pesquisa, a frequência a curso técnico de nível médio foi investigada para os estudantes do ensino médio (regular ou EJA) ou pessoas que haviam concluído esse nível (ou equivalente) sem ter alcancado o ensino superior completo.

A frequência a cursos técnicos de nível médio era relativamente similar entre homens e mulheres, assim como entre as pessoas brancas e as pretas ou pardas. Em relação à forma de realização do curso, observa-se que 56,8% dos estudantes o cursavam na forma subsequente ao ensino médio, ou seja, já detinham o diploma de ensino médio ou equivalente, enquanto 43,2% o frequentavam na forma articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este), sendo a maioria de estudantes do ensino médio.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Em 2016, no Brasil, 6,9 milhões de pessoas haviam frequentado anteriormente curso técnico de nível médio. Essas pessoas não chegaram a frequentar ou concluir o ensino superior nem estavam frequentando curso técnico em 2016. Entre essas pessoas, 3,6 milhões eram homens e 3,3 milhões, mulheres. Percentualmente, a participação anterior das mulheres nos cursos técnicos de nível médio se mostrou substancialmente inferior à dos homens, visto que o número de mulheres que poderiam já tê-lo feito⁷ era bem maior do que o dos homens. Assim, 13,0% dos homens haviam

frequentado anteriormente curso técnico, enquanto 10,7% das mulheres o fizeram.

Entre as pessoas que haviam anteriormente frequentado curso técnico de nível médio, 63,7% o fizeram na forma subsequente, ou seja, um investimento em educação profissional após a conclusão do ensino médio (ou equivalente), e 36,3%, na forma articulada a essa etapa do ensino básico. No entanto, 9,8% das pessoas não concluíram o curso técnico que frequentaram.

Frequência anterior a curso técnico de nível médio, por sexo

	Brasi		Sexo					
Condição de frequência anterior	Drasi		Hom	ens	Mulheres			
a curso técnico de nível médio	Em milhares		Em (%)		Em milhares	(%)		
Frequentou	6 936	11,8	3 595	13,0	3 342	10,7		
Não frequentou	52 060	88,2	24 098	87,0	27 962	89,3		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016. Nota: São considerados os estudantes do ensino superior e pessoas que não frequentavam curso técnico de nível médio e que anteriormente frequentaram o ensino médio (ou equivalente) ou o superior sem o completar.

Distribuição das pessoas que anteriormente frequentaram o curso técnico de nível médio Modalidade do curso (%) Situação de conclusão do curso (%) 9,8 Não concluiu o curso concomitante ao ensino médio Situação de conclusão do curso (%)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Educação 2016

O grupo de pessoas que poderia ter frequentado anteriormente o curso técnico de nível médio foi composto pelas pessoas que não o frequentavam em 2016, que anteriormente frequentaram o ensino médio ou equivalente, assim como aquelas que frequentavam o ensino superior ou haviam frequentado este curso sem o concluir.



Qualificação profissional

A modalidade mais acessível da educação profissional, qualificação profissional, é composta por diversos cursos que visam qualificar o indivíduo para o trabalho em uma determinada ocupação sem, todavia, aumentar o seu nível de escolaridade. Esses cursos podem ser ministrados em escolas, empresas ou em outras instituições, têm duração variável e conferem certificado de participação. Não há uma legislação específica que defina diretrizes e normas de tais cursos, no entanto, como parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, o Ministério da Educação organizou uma lista de Cursos de Formação Inicial e Continuada (Cursos FIC), estabelecendo a carga horária e a escolaridade mínima exigida, para direcionar a oferta dessa qualificação profissional na esfera pública e do Sistema Nacional de Aprendizagem (Sistema S), com financiamento do PRONATEC.

Apesar de tais iniciativas, existe uma dificuldade prática em coletar informações sobre essa modalidade de educação profissional devido à falta de uma definição legal para a qualificação profissional. Assim, utiliza-se um conceito amplo, que abrange, como qualificação, os cursos de formação profissional para uma determinada ocupação, independentemente de serem Cursos FIC ou não.

Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentavam curso de educação profissional, segundo o nível de instrução e a modalidade do curso

Estudantes do AJA ou do ensino fundamental (regular ou EJA) e pessoas que frequentaram no máximo o ensino fundamental (ou equivalente) (%)



0,8 Frequentava

qualificação profissional

Estudantes do ensino médio (regular ou EJA) e pessoas que anteriormente frequentaram o ensino médio (ou equivalente) ou o superior sem o completar (%)



2,8 Frequentava curso de qualificação

Frequentava

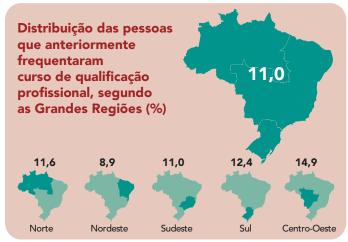
curso técnico de

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Em 2016, entre as 75,3 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estudavam no AJA ou no ensino fundamental (regular ou EJA) e aquelas que frequentaram no máximo o ensino fundamental (ou equivalente), 0,8% estava frequentando curso de qualificação profissional, o que equivale a 568 mil pessoas. O percentual é pequeno, dado o grupo que poderia ter acesso a esta modalidade de educação profissional, variando pouco entre homens e mulheres, bem como entre as Grandes Regiões.

Entre os 62,3 milhões de pessoas que estudavam no ensino médio (regular ou EJA) e aquelas que anteriormente frequentaram o ensino médio (ou equivalente) ou o superior sem o completar, ou seja, que possuíam o pré-requisito para frequentar o curso técnico de nível médio, 2,8% frequentava curso de qualificação profissional, e 3.4%, curso técnico de nível médio.

No Brasil, 15,8 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade já haviam frequentado algum curso de qualificação profissional, correspondendo a 11,0% das pessoas com nível de instrução até o ensino médio completo (ou equivalente) e aquelas com o ensino superior incompleto que não concluíram curso técnico de nível médio. Desse contingente, 93,7% concluiu o curso. A Região Centro-Oeste apresentou a maior proporção de pessoas que já haviam frequentado anteriormente curso de qualificação profissional (14,9%), enquanto a Região Nordeste, a menor (8,9%). Os homens apresentaram maior participação do que as mulheres nessa modalidade de educação (12,1% e 9,9%, respectivamente). No que diz respeito à cor ou raça, as proporções foram: 11,3% entre as pessoas brancas e 10,7% entre as pessoas pretas ou pardas. ■



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

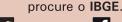
Imagens fotográficas

Agenciabrasil.ebc.com.br

Impressão

. Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

Se o assunto é Brasil,











www.ibge.gov.br 0800-721-8181



(21) 97385-8685





<https://www.ibge. gov.br/estatisticasovoportal/sociais/ trabalho/17270onad-continua

Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa